



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

PROCESSO Nº :202100047002353/312
ÓRGÃO :Tribunal de Contas do Estado de Goiás
INTERESSADO :Instituto Consolidar
ASSUNTO :312-PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO - ATOS-REPRESENTAÇÃO
RELATOR :Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota
AUDITOR :Heloisa Helena Antonacio Monteiro Godinho
PROCURADOR :Maísa de Castro Sousa

ACORDÃO

EMENTA: Direito administrativo. Gestão de unidade de saúde pelo Terceiro Setor. Organizações Sociais. Chamamento público. Representação. Improcedente. Determinações.

Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 202100047002353/312, que versam sobre Representação formulada pela entidade Instituto Actum de Saúde, em face de possíveis irregularidades no Chamamento Público n. 01/2021- SES-GO, constantes do processo SEI n. 202000010030869, cujo relatório e voto são partes integrantes deste,

ACORDA

o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS**, pelos votos dos integrantes do **Tribunal Pleno**, em acolher em parte a proposta apresentada pela Unidade Técnica, Ministério Público de Contas e Auditoria e deliberar conforme o art. 99, inciso II da Lei n.º 16168/07 e suas alterações, no seguinte sentido:

a) Julgar improcedente a representação proposta pelo Instituto Actum de Saúde (atual Instituto Priorizar Saúde), a respeito da habilitação do Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento (IMED), no âmbito do Chamamento Público nº 01/2021, para gestão do Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano (HCN);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

b) Determinar ao Secretário Estadual de Saúde que:

b.1) Como proposto pelo Serviço de Fiscalização de Saúde, no subitem III do item 4 da Instrução Técnica Conclusiva Nº 4/2023 - SERVISC-SAÚDE (evento 57), tome as providências cabíveis para o efetivo cumprimento do que determinam as normas contábeis por ocasião da avaliação econômico-financeira das Organizações Sociais participantes dos futuros processos de chamamentos públicos efetuados pela Secretaria de Estado de Saúde;

b.2) Instaure processo administrativo para apurar a responsabilidade administrativa dos Membros da Comissão Interna: *a. Layany Ramalho Lopes Silva; b. Murilo Lara de Faria; c. Livia Costa Domingues do Amaral; d. Keuly Karla Barbosa Costa; e. Carla Marçal Coelho; e f. Crystiane Faria dos Santos Lamaro Frazão*, e do *Sr. Ismael Alexandrino Júnior*, Secretário de Estado da Saúde à época;

c) Deixar de acolher a proposta de aplicação de multa aos Membros da Comissão Interna, por não terem composto a lide oportunamente e ao ex-Secretário, por se tratar de matéria técnica-contábil, sob a apreciação da Comissão Interna, cujas responsabilidades civis e penais serão objeto de aferição nas instâncias competentes;

d) Ao Serviço de Controle das Deliberações para publicação e ao Serviço de Publicações e Comunicações para intimação das partes e dos responsáveis.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia aos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Processo nº 202100047002353

Assinado por SAULO MARQUES MESQUITA
Data: 19/10/2023 17:16
Função: Presidente assinante



Assinado por SEBASTIÃO JOAQUIM PEREIRA NETO TEJOTA
Data: 19/10/2023 17:16
Função: Relator assinante



Assinado por EDSON JOSÉ FERRARI
Data: 19/10/2023 14:57
Função: Conselheiro assinante



Assinado por CARLA CINTIA SANTILLO
Data: 19/10/2023 06:34
Função: Conselheira assinante



Assinado por KENNEDY DE SOUSA TRINDADE
Data: 19/10/2023 05:53
Função: Conselheiro assinante



Assinado por CELMAR RECH
Data: 18/10/2023 11:11
Função: Conselheiro assinante



Assinado por HELDER VALIN BARBOSA
Data: 19/10/2023 15:21
Função: Conselheiro assinante



Assinado por CARLOS GUSTAVO SILVA RODRIGUES
Data: 16/10/2023 10:55
Função: Procurador assinante

